

TRABALHO E JUSTIÇA

Pe. Vilmar Vicente
Prof. de Sociologia Religiosa
e Moral Social

Estamos cansados de uma abordagem romântica das questões sociais, a partir de premissas idealistas e discursos éticos que não incorporam as dimensões mais contundentes da realidade, determinadas por variáveis socioeconômicas e político-culturais. É da tradição judaico-cristã que a concreticidade da vida seja o ponto de partida para a busca da verdadeira face de Deus e do Seu compromisso histórico com o homem e a sociedade. Nesta perspectiva, a questão do trabalho é "chave essencial para toda a questão social" (cf. "*Laborem Exercens*", n.º 2). E no momento em que estamos nos preparando para o centenário da Encíclica "*Rerum Novarum*", esta temática é provocante e desafiadora para a reflexão teológica em toda a América Latina.

Muitos seriam os aspectos de abordagem do tema em tela, desde uma análise sociológica da nossa realidade, passando pelo percurso histórico de nossa economia e políticas sociais, até as implicações teológicas e pastorais à luz da Doutrina Social da Igreja, pontuada pelas demais teorias sociais vigentes no mundo acadêmico. Um quadro de indicadores macroeconômicos, analisados em diversas perspectivas, a partir das quais se poderia analisar criticamente o discurso social da Igreja, seria outro caminho. O confronto das categorias ético-teológicas, especialmente da Justiça e do Trabalho, com o processo de marginalização e exclusão dos pobres deste continente, seria outra via. Preferimos ainda outra alternativa, pela brevidade do artigo, qual seja, a de elaborar uma pauta de pesquisas e discussões pertinentes à questão do trabalho-justiça, um binômio que constitui a própria raiz da determinação sociopolítica e religiosa deste continente.

A própria CNBB reconhece, no Documento 40, que a organização do trabalho determina as condições de vida e da cultura da maioria da população. Ninguém pode duvidar de que a vida do nosso povo depende em grande parte de fatores tais como: jornada de trabalho, condições de trabalho, direitos trabalhistas, organização sindical, remuneração, previdência, política salarial, e participação no lucro. É nesta realidade concreta que pode ser mensurada a plausibilidade de conceitos como democracia, liberdade e, principalmente, justiça.

A questão do trabalho coloca em questionamento todo o modelo social vigente

Mais ainda, num país cuja economia é dominada pelos imperativos do mercado internacional, a questão do trabalho coloca em questionamento todo o modelo social vigente, caudatário das políticas do Fundo Monetário Internacional e prisioneiro da Dívida Externa. Na prática, o modo de produção no qual estamos mergulhados, determina, de maneira perversa, as condições de vida e de cultura da maioria da população, marcando de maneira dolorosa e injusta as nossas famílias, vítimas de uma pobreza estrutural, as quais sustentam uma minoria que se locupleta com os benefícios da civilização.

Qualquer quadro de distribuição de renda do IBGE ou da ONU comprova isto. O Brasil muito produz, mas não produz o que quer e precisa, senão o que outros querem e precisam, e pagam o preço que certa "mão invisível do mercado" determina. Há, nesse sentido, uma verdadeira sangria do atropelado para o atropelador! Essa negatividade, todavia, apresenta sua face

dialética: a crescente consciência de certos grupos de trabalhadores, reduzidos ainda a 20%, é verdade, em fazerem dos sindicatos e organizações populares instrumentos de luta e transformação social desse quadro (cf. FALEIROS, V.P. "Política social no Estado Capitalista"). Uma luta quase inglória, de Davi contra Goliath, mas esse parece ser o dinamismo da história, ao menos no paradigma bíblico.

Deste modo temos, no processo do trabalho, o motor da história, a fonte determinante das nossas relações sociais concretas, o lugar social por excelência de onde brota a verdadeira possibilidade real de justiça, democracia e liberdade. É bem por isso que, para os cristãos, o trabalho conduz ao coração da fé que impele para a obra da salvação a partir do seguimento de Jesus Cristo.

Vem aí certamente a tríplice concepção do trabalho de João Paulo II, na "*Laborem Exercens*" n.º 27: trabalho-cruz, trabalho-ressurreição, trabalho-espírito, na medida em que, nas relações sociais do trabalho, temos uma dialética entre morte-vida-criação ou exploração-transformação-libertação, frutos evidentes da verdadeira dimensão do Verbo Encarnado na história.

Pelo trabalho, o Pai continua criando, o Filho prossegue salvando, e o Espírito vai libertando

Só há uma possibilidade concreta de chegarmos a Deus, ao Deus revelado no judaísmo e plenificado no cristianismo. Esta possibilidade é a história concreta dos homens a partir da materialidade do seu corpo e da sua práxis, abertos à manifestação suprema da espiritualidade, revelada na Justiça e na Fraternidade como Verdade. Deste modo, pelo trabalho, o Pai continua criando, o Filho prossegue salvando, e o Espírito vai libertando o homem e a história de suas contradições e ambigüidades.

Portanto, o mundo do Trabalho tem importância radical enquanto realidade histórica: oprimindo e libertando as famílias, e determinando a organização da vida quotidiana. Basta lembrar os jovens pais de família nas grandes cidades, obrigados a deixarem o lar antes de os filhos acordarem, só revendo-os mortos de cansaço e desnutrição no coração da noite. Isto, quando não devem deixar os filhos sozinhos, prisioneiros do lar ou entregues a improvisadas creches e jardins. Pior ainda, quando o pai tem que abandonar mulher e filhos para trabalhar longe; e aí, impossibilitados de comunicação, emergem novas famílias ou mães solteiras e desamparadas. Deste modo, o capitalismo liberal faz do trabalho humano um instrumento de tortura, muito distante do sentido teológico do homem "partícipe da criação divina". Esse terrorismo social está presente nas condições de trabalho, nos salários, na fome dos trabalhadores (quem pode sobreviver com 50 dólares mensais?), na tortura dos meios de transporte, na agonia da sub-habitação e das doenças carenciais, na expolição da mão-de-obra feminina e no trabalho precoce dos menores.

Esse trabalho massacrante, carregado como cruz, coloca o trabalhador (lembre-se de que 50% da mão-de-obra ativa percebem até 1 salário mínimo! Cf. VIEIRA, E., "Estado e miséria social no Brasil") na trilha do Cristo, sofrendo estruturalmente, até à última gota, a condição de Servo. Aqueles que têm consciência

de sua condição sofrem muito mais, pela angústia do quadro social em que vivem e pela luta que devem empreender em busca das transformações que se impõem à sociedade. Pregado na cruz, o Cristo trabalhador redime todo o universo e a própria cruz. Pregada ao Cristo, a cruz-trabalho é também instrumento de salvação, negando a condição do trabalho explorado e sub-humano; anunciando o verdadeiro trabalho do Reino e construindo, passo a passo, uma nova história segundo a práxis e o discurso de Jesus! O trabalho pascal é aquele que faz, da pessoa humana, a criadora de si mesma, do mundo e do sentido último de sua ação!

Pensar a temática Trabalho e Justiça é pensar as implicações estruturais da questão

Pensar a temática Trabalho e Justiça é pensar as implicações estruturais da questão: o trabalho da criança, que faz da rua o seu mundo e seu lugar, sua escola e sua igreja; o trabalho dos jovens que, no auge do entusiasmo e do vigor da vida, devem dar o seu sangue em esteiras desumanas de produção, por necessidade de sobrevivência. Lembremo-nos de que 65% da mão-de-obra ativa no Brasil têm menos de 35 anos. Pensemos no trabalho dos idosos, que não puderam usufruir uma aposentadoria digna; na corrida da mão-de-obra feminina para o mercado de trabalho em detrimento das relações familiares, e submetidas a relações de produção tipicamente machistas; na necessidade de trabalho dos deficientes, cujo seguro social não lhes garante uma vida condigna, devendo ainda submeter-se a condições de emprego desfavoráveis à sua situação.

Mais ainda, pensar Justiça e Trabalho é refletir sobre a ameaça do desemprego com a informatização e a robotização, que privilegia a produção e o lucro em detrimento da pessoa humana e do sentido social da economia. Implica ainda na avaliação das políticas salariais, da distribuição da renda, da dívida externa, das políticas de investimento, das políticas comerciais voltadas à exportação, da ciranda financeira e dos mecanismos inflacionários como meio de enriquecimento empresarial. Mais ainda poderíamos incluir nessa agenda: a falência da reforma agrária, as políticas sociais de concentração urbana da população para favorecer a farta mão-de-obra para o setor secundário e terciário e "limpar" o campo com o objetivo de dar lugar aos grandes projetos mecanizados do setor primário, gerando a multidão dos sem-terra.

Enfim, uma agenda que comporte tal leitura da realidade, necessita de uma forte iluminação teológica e bíblica, cuja mediação seja a filosofia da libertação latino-americana e a prática dos nossos pobres e excluídos. Uma reflexão a partir de 4 (quatro) pontos centrais:

1. **Trabalho e Construção do mundo:** o trabalho como criação e não apenas reprodução; como extensão e não destruição do ecossistema; como manifestação do Espírito e criador da cultura e não destruidor de valores; como geração de bens a serem partilhados e humanizados, e não concentrados.

2. **Trabalho e Construção do Homem:** é pelo trabalho que o homem se cria permanentemente: o homem não é um produto acabado, mas um processo decorrente do seu feixe de relações. Pelo trabalho, o homem constrói sua consciência crítica, sua organização familiar e política, sua cultura e história. O trabalho pode ser o lugar do novo, da sociedade alternativa democrática e participativa que queremos.

3. **Trabalho e Construção da Sociedade:** o trabalho é o lugar central da exploração, logo o lugar privilegiado de superação da mesma. É preciso buscar uma nova ordenação social do trabalho que não seja destruidor das famílias, culturas, minorias, enfim,

da sacralidade do homem. Isto supõe um conceito dialético de participação social "enquanto produção, gestão e usufruto dos bens" para além do mero associativismo, do egoísta espírito corporativista e do mero sindicalismo de resultados pragmáticos.

4. **Trabalho e Construção da Utopia:** se o trabalho é o eixo central da economia, e esta, a base da sociedade (a infra-estrutura da organização humana social), logo é pelo trabalho que poderemos repensar uma sociedade qualitativamente diferente. Aqui nasce um conceito dialético de justiça, não mais como puro imperativo ético de ordem metafísica, mas sobretudo como imperativo infra-estrutural da sociedade humana, polarizado por dois princípios: de cada um segundo a sua potencialidade, a cada um segundo a sua necessidade. A conclusão prática é óbvia: é proibido explorar; é imperativo partilhar; é afirmativo transformar.

Uma nova espiritualidade do Trabalho e da Justiça, cujas dimensões são riquíssimas

Decorre desta nova impostação teológica, construída a partir da sociedade crítica da religião, uma nova espiritualidade do Trabalho e da Justiça, cujas dimensões são riquíssimas: *o homem* como partícipe da obra criadora do Pai, da obra redentora do Filho em busca da nova criação, e da obra revolucionária do Espírito que grita pela nova criação; *o trabalho* como produção e serviço, parto de uma nova sociedade; *a justiça* é a busca de superação de todas as formas de alienação e opressão social, pela busca de um Deus que liberta o homem na história, a partir de novas relações sociais. A Justiça, hoje, como ontem, crucifica aqueles que a levam até as últimas conseqüências; a morte pela causa da Justiça é fonte de ressurreição no Senhor Jesus, o trabalhador de Nazaré que deu a vida pelos trabalhadores explorados e pelos excluídos do seu tempo e, neles, a todos o que dão a vida por essa causa, abrindo mão de privilégios sociais e institucionais, cujo preço é sempre a injustiça.

Em suma, essa agenda das relações Justiça-Trabalho, como se pode ver, tem uma amplitude universal temática e uma pertinência estrutural central. Nunca a Igreja acerta tanto quando deixa de abordar temas setoriais, todos muito válidos e significativos, para centrar sua atenção na polêmica questão do trabalho. Aí deixamos o nível superestrutural dos nossos discursos ideológicos, o nível romântico de nossas impostações éticas, para enfrentar o mais concreto da vida humana e social: a produção. É aí que se dão as determinações sociais e as implicações teológico-pastorais e ético-espirituais.

Uma análise cuidadosa dos textos bíblicos, da história da Igreja, da Doutrina Social da Igreja, vai demonstrar essa postulação de modo inequívoco. O Trabalho é o lugar social da "produção do lucro, exploração da força de trabalho, reprodução das desigualdades, e manutenção da ordem social" (cf FALEIROS, V.P., "Política Social no Estado Capitalista"). Dialeticamente, pode se constituir na fonte da nova ordem econômico-social e político-cultural.

É preciso estar atento, todavia, a não querer construir a casa mais uma vez a partir do telhado: trabalho e cultura têm relação intrínseca, mas o ponto de partida não é a cultura como dado,

E preciso começar indagando a infra-estrutura de uma sociedade como a brasileira

e sim como resultante das relações sociais de produção com a natureza, com os homens, com as instituições. A perspectiva inversa poderia mascarar profundamente o sentido do trabalho na história, caindo-se numa espécie de historicismo culturalista, muito a gosto da chamada civilização cristã ocidental.

É preciso começar indagando a infra-estrutura de uma sociedade como a brasileira.

1. Por que a oitava 8ª (oitava) economia mundial é a antepenúltima em distribuição de renda? Por que fica o Brasil apenas à frente de Honduras e de Serra Leoa? (Ver o Relatório do Banco Mundial, revista "Isto é Senhor", 29/9/90).

2. Por que o Brasil é o terceiro país em miséria no mundo? Vivem 33 milhões de brasileiros com 370 dólares anuais, por quê? (Ver o Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD, Jornal "O São Paulo", 11/10/90).

3. Como se explica que o Brasil tem a terceira Balança Comercial do mundo e estamos nessa situação? Para quem produzimos? Quanto vale o nosso produto?

4. Como é que uma Dívida Externa da América Latina se forma, se paga, e continua sempre crescendo? Devíamos, em 1980, 220 bilhões de dólares, pagamos tudo o que produzimos nestes últimos dez anos, e continuamos devendo 420 bilhões de dólares! Como entender isso? É justo isso?

5. Por que os 50% mais pobres do Brasil ganham apenas 11% da renda nacional em 1980, quando em 1960 percebiam 18%? Por que os 5% mais ricos, que em 1960 ganhavam 28% da renda nacional, passaram a ganhar em 1980 39%? (Ver, do IBGE, o censo demográfico de 1980).

6. Por que o Governo não realizou o censo demográfico de 1990? A realidade ficou mais hostil para os pobres? Vergonha do mundo? Pressão de organismos internacionais? Medo de revelar que ainda temos 17 milhões de analfabetos?

Eis o desafio colocado: uma agenda temática intrigante, mas fascinante, do ponto de vista sociológico e teológico. Um desafio

aliás teológico: como viver a fé, a caridade e a esperança de Jesus, neste contexto do mundo do trabalho explorado! Importa, todavia, a lucidez de perceber que o trabalho cria a fome, mas fabrica o alimento; destrói a vida, mas gera o homem; embrutece as relações dos homens, mas cria comunicação; produz cansaço e suor, mas esperança no coração; destrói a natureza, mas aperfeiçoa a criação; mata e salva. E nessa recriação, o trabalho recria a Igreja nas suas relações com os homens: recria a teologia, a espiritualidade e a própria liturgia. O trabalho encerra em si a própria dialética do mistério pascal: imanência-convergência-transcendência; inserção-exaustão-sublimação. Um desafio que precisa ser assumido!

BIBLIOGRAFIA:

1. AMANN, Safira, "Participação", Cortez/Moraes, SP, 1978.
2. ARNS, Cardeal Paulo Evaristo, "Mundo do trabalho e Consciência cristã". Ed. Paulinas, SP, 1979.
3. CHALOUT, Yves, "Estado, Acumulação e Colonialismo Interno". Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.
4. CHENU, M.D., "Espiritualidade do Trabalho". Liège, 1947. "Por uma Teologia do Trabalho". Seuil, 1955. "Teologia da Criação e do Trabalho". Ave, 1967. "Teologia da Matéria". Cerf, 1968. "Igreja e civilização do Trabalho". Gembloux, 1970.
5. COMBLIN, Joseph, "Teologia da Ação". Herder, 1967.
6. FALEIROS, Vicente P. "Política Social no Estado Capitalista". Cortez/Moraes, SP, 1980.
7. ROXO, Roberto Mascarenhas. "Trabalho e Teologia". Ed. Paulinas, SP, 1979.
8. VIEIRA, Evaldo. "Estado e Miséria Social no Brasil". Cortez/Moraes, SP, 1983.

Endereço do autor:

Caixa Postal 5041

88041 — FLORIANÓPOLIS, SC

PERSPECTIVAS DO TRABALHO NA SOCIEDADE CATARINENSE

(ou: Santa Catarina, sociedade em caminho direto para o primeiro mundo)

Alcides Abreu
Prof. titular na UFSC e na UDESC

I. REVISÃO CONCEITUAL

A Sociedade Catarinense gerou em 1989 um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 15 bilhões. Isto coloca o Estado como o oitavo maior PIB entre os 26 Países da América Latina e do Caribe filiados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No triênio 1986—1988, o saldo do balanço comercial catarinense com o Exterior superou US\$ 3 bilhões. Debaxo da plataforma continental catarinense estão armazenados N. mil milhões de barris de petróleo e outro tanto de metros cúbicos de gás. O único carvão coqueificável do País sai das minas do Sul catarinense. Riqueza tanta assim e Santa Catarina: (1) — não dispõe de um dólar para modernizar o parque industrial; (2) — comanda apenas uma capacidade geradora de 60 MW dos 1.228 mil MW que foi a demanda máxima energética de 1989; (3) — é obrigada a conviver com a falta de álcool para movimentar a frota automotiva de talvez 500 mil carros que o utilizam; (4) — é punida pelo não-emprego do gás industrial proveniente da Bacia de Campos que já aciona a economia de São Paulo. Mais ainda haveria a referir que pudesse caracterizar em relação ao Estado Catari-

nense: (1ª) — a falência das elites políticas e (2ª) — a ruindade da Federação.

Qualificar as elites e recompor a Federação incluem obrigatoriamente uma revisão conceitual. O Mundo é a leitura — Idéia — que dele se faça. O Mundo anda e se transforma pela Idéia. É, pois, preciso tê-la e implementá-la. Que Idéias ou conceitos são agora fundamentais quando se pretende desenhar com a Sociedade Catarinense um caminho para o primeiro Mundo? Elegem-se os conceitos mais imediatamente aplicáveis à revisão constitucional de 1993 que repactuará a Federação Brasileira. A mensagem planetária indica duas verdades novas: (uma) — o Estado-Nação é demasiado pequeno para dar solução aos problemas fundamentais da Humanidade: é preciso, por isso, convergir num todo; (outra) — o Estado-Nação é demasiado grande para dar solução aos problemas do homem concreto: — impõem-se, por isso, a fragmentação intranacional e a descentralização.

Estas proposições devem iluminar os conteúdos dos conceitos mais imediatos da política.